

GONZÁLEZ DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **Regime de Informação: construção de um conceito**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

1. INTRODUÇÃO

A autora estabelece um marco histórico para discutir o tema, partindo da “[...] projeção humanista de Paul Otlet e Henri La Fontaine, que idealizam uma rede universal dos conhecimentos, e hoje teria como expressão a eficiência enciclopédica da máquina Google” (p.49).² A partir daí retoma o conceito que define regime de informação enquanto um sistema dominante que se estabelece em uma determinada sociedade, atribuindo aos seus sujeitos, processos organizacionais, regras “[...] e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância” (p.43).

Retomando trabalhos anteriores de sua autoria, González de Gómez estabelece o conceito como um entrelaçamento de relações e agências condicionadas aos aspectos culturais políticos e econômicos de uma determinada sociedade, ou seja, como “[...] uma ferramenta [...] para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (p.44). A transversalidade ocorreria no momento em que essas relações perpassassem esferas sociais, a partir de configurações “[...] contemporâneas da informação” (p.44).

Tendo como referências esses resgates conceituais, González de Gómez faz algumas conjecturas acerca da relação entre informação e poder, notadamente a partir do seu caráter intrusivo nas “[...] tecnologias digitais e ubíquas”, tornando-as dinâmicas. Aqui, segundo ela, a “[...] informação vai qualificar processos de transformação de longo alcance, sendo incluído na composição de vários novos sintagmas, tal como economia da informação, modo de informação, infraestrutura de informação” (p.44).

A partir dessas colocações, González de Gómez busca estabelecer uma reconstrução histórico-discursiva do termo Regime Informação, a partir de dois caminhos: enquanto família de palavras capazes de dar visibilidade às redes que estimulam e sustentam sua própria formulação e, também, ao próprio conceito associado ao que chama de “modo” de informação enquanto sintagma nominal presente na literatura das ciências humanas e sociais. Isso, de acordo com a autora, ajuda a esclarecer alguns rumos das pesquisas, especialmente na Ciência da Informação.

2. OBSERVAÇÕES SOBRE O CONTEÚDO DO TEXTO

Ao propor uma leitura transversal para se compreender o que vem a ser Regime de Informação, González de Gómez reconstrói um conceito histórico e discursivo em torno dos

¹ Trabalho elaborado no contexto da disciplina Políticas e Tecnologias da Informação, ministrada pela Professora Doutora Isa Maria Freire no semestre letivo 2018.2 do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

² Paginação do texto da autora destacado nesta resenha

eixos tecnologias de informação e comunicação e a partir do “[...] estabelecimento, vigência e vigor de determinados critérios de valor” (p.44). A autora faz uma referência ao que chama de “[...] leitura de transversalidade específica” (p.45) como capaz de permitir ao Regime de Informação dar visibilidade a critérios ligados à informação no que diz respeito a sua dimensão simbólica e cultural (estruturas semânticas, produção cultural de sentido e comunicação científica).

Por esse caminho, fazendo uma associação temporal entre os séculos XX e XXI, citando Carneiro Leão (2003), Regime de Informação “[...] ficaria associado a uma ordem de acontecimentos que poderíamos caracterizar-se pelo fenômeno da informacionalização” (lógicas produtivas de tecnologia de informação) (p.45).

Nesse lugar, González de Gómez admite haver um aumento das zonas de convergências entre Regimes de Informação e outros conceitos – Cadeia de Produção da Informação, Infraestrutura da Informação, Modo de Informação – e, por isso, segundo a autora, faz-se necessário estabelecer-se as diferenciações entre eles.

Sobre o primeiro, considera-se que é dada “[...] visibilidade ao desenho relacional dos seus componentes, atores, ações, meios e recursos, e disponibiliza uma cartografia minimalista, mas abrangente, para a projeção de ações administrativas e políticas” (p.45). Isso implica dizer que o conceito de “Cadeia “[...] complementar o conceito de ‘regime de informação’, delimitando o domínio específico de sua operacionalização” (p.48).

Apesar das variações acerca do conceito de *information production chain*, citando Braman (2004), González de Gómez vê regularidades em aspectos relativos à criação de informação, procedimentos de processamento de informação (diferenciando-se o que se faz por meio de algorítmicos e processos cognitivos), mobilização da informação, armazenagem e preservação da informação, distribuição de informações e busca da informação, diferenciando-se também o que vem a ser acesso à infraestrutura e acesso intelectual.

Com relação à infraestrutura da informação, González de Gómez destaca que, apesar da ambiguidade relativa ao caráter mutante das redes digitais, “[...] ‘data center’ das grandes empresas privadas do setor, como o *Google* ou o *Facebook*, porém, ocupam espaços territoriais bastante concretos, onde é possível ver como os conectores abstratos ou semióticos se apoiam em redes de tubos de aparência muito consistente” (p.49). Nesse ponto de convergência, porém, a autora levanta uma questão no sentido de saber se os regimes de informação estabelecem ou são estabelecidos por essa infraestrutura.

“Modo de informação” é outro tópico analisado, a partir de o estabelecimento das diferenças entre o que a vem a ser “modo de produção” na concepção marxista, que ocuparia, segundo Poster (1991 citado por FIDALDO, 2001), “[...] o lugar discursivo prévio dos ‘modos de produção’, para indicar as intrínsecas e invertidas relações entre economia e cultura, à luz dos avanços neocibernéticos” (p.49). “[...] A principal analogia estaria em que as duas abordagens visam analisar e dar visibilidade aos modos sociais de dominação”, diz González de Gómez, enquanto que as diferenças se estabeleceriam na “[...] perda de prioridade do trabalho como esfera da dominação, [...] eliminação de uma concepção teleológica da história [...] substituição da centralidade dos sistemas de produção [...] que satisfizessem as necessidades humanas e no uso intensivo da informação, [...] contingentes e temporais” (p.49 e 50).

Sem fazer qualquer abordagem e aproximações com o conceito Regimes de Informação, a exemplo do que fez nos itens anteriores, González de Gómez parte para nova análise acerca

dos regimes de informação, a partir de autores como Bernd Frohmann (1995), Sandra Braman (2004) e Hamid Ekbia (2009).

Em Frohman, o conceito aparece “[...] como uma alternativa aos estudos de política da informação, e como crítica ao reducionismo das abordagens da política, praticadas na Ciência da Informação e da Biblioteconomia (LIS)” (p.50); em Braman, “[...] associado de regime global emergente de informação [...] designaria as dinâmicas que vinculam o governo à [...] rede ampliada de organizações e atores estatais [...] e o contexto cultural e social, onde se estabelecem as condições de governabilidade” (p.51 e 52); e, finalmente, em Ekbia, como aquele capaz de dar visibilidade aos efeitos informacionais “[...] resultantes das variações de experiências de quem agencia ações de informação, em diferentes atividades e situações” (p.54), dando visibilidade aos efeitos informacionais.

Na concepção de González de Gómez, finalmente, os regimes de informação deveriam dar conta das tensões que se estabelecem nas interações socioculturais que constituem os “[...] diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercado-lógicas, que visam determinar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor” (p.56).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um texto denso, que busca contextualizar temporalmente o conceito de Regimes de Informação e suas correlações com diversos outros fenômenos que se estabelecem nas Ciências Sociais, especialmente na Ciência da Informação. Nesse aspecto, a autora busca alargar a perspectiva da própria Ciência da Informação, estabelecendo bases conceituais no âmbito das políticas de informação, como capazes de confirmar ou não a existência de um determinado regime de informação.

Chega-se a essa compreensão apesar de o texto, em determinados momentos, apresentar sombras que dificultam essa análise, especialmente para quem está tomando conhecimento do tema pela primeira vez. Essas áreas de sombra se localizam a partir de uma intenção de direção dada pela autora, no momento em que ela se propõe a “[...] diferenciar as leituras dos regimes de informação de outras análises, que colocam maior ênfase em processos culturais reprodutivos e de representação” (p.44).

Ressalta-se que ela deixa isso bem claro quando trata dos itens *Information production chain* (p.45) e “infraestrutura de informação” (p.48) não ocorrendo o mesmo, porém, quando da discussão dos temas “modo de informação”, gerando a interpretação sobre a referida dificuldade de entendimento. Esse aspecto não diminui a riqueza do trabalho, cujo mérito principal é apontar perspectivas para novas abordagens teórico-metodológicas em Ciência da Informação.

Outro aspecto a ser comentado diz respeito à expressão “transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (p.43; 44; 55). Na realidade, o questionamento diz respeito apenas ao termo “específica” no sentido de que este poderia impor uma redução à força da expressão “transversalidade”. Arrisco a dizer, pelo sentido não apenas do que a autora aplica no decorrer do texto, mas, também, à própria força de qualquer ação que atravesse conceitos, barreiras, organizações, etc., que a expressão poderia ser suprimida sem qualquer prejuízo aos quesitos argumentativos do texto. Isso, porque, em qualquer ação de transversalidade, as ações interferem e são interferidas pela própria dinâmica do processo, fazendo desaparecer, assim, qualquer especificidade que porventura tenha sido projetada *a priori*.

A partir dessa leitura, percebe-se que existe um mosaico em construção para o que se denomina *Regime de Informação*. Esse mosaico reflete a dinâmica do próprio conceito face à dinâmica informacional que se opera no mundo, principalmente a partir da segunda metade do Século XX, dando, assim, à Ciência da Informação importante fôlego na sua utópica investida epistemológica.

As discussões acerca do que vem a ser Regime de informação abrem também importante leque para a compreensão dos fenômenos que ocorrem em espaços informacionais. Isso, porque, ao permitir uma leitura transversal desses fenômenos, desloca a centralidade das análises realizadas em espaços informacionais restritos para espaços mais amplos, intersubjetivos, nos direcionando, talvez, a uma visão mais complexa de nossa sociedade.

Do ponto de vista mais pragmático, podemos dizer que estudar os Regimes de Informação se faz necessário face aos desafios impostos pelas dinâmicas informacionais. Independente da pergunta de González de González de Gómez – mas intrinsecamente ligada a ela – no sentido de saber se os Regimes de Informação determinam ou são determinados pelos espaços territoriais concretos que sustentam as redes de informação, é preciso aproximar a sociedade dessas discussões.

Os recentes fenômenos registrados nas eleições dos Estados Unidos e do Brasil, por exemplo, nos dão uma dimensão de como o desenvolvimento da computação ubíqua e da Inteligência Artificial ocorrem totalmente à revelia da própria sociedade. Faz-se necessário, assim, compreender os regimes de informação – e, aqui, pegando emprestado um argumento da própria autora, para se questionar “[...] o papel desses marcos regulatórios e dos novos fóruns deliberativos e decisórios que compõem o entorno institucional da informação” (p.57).

REFERÊNCIAS

BRAMAN, S.. The emergent global information policy regime, In: _____. (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004.

CARNEIRO LEÃO, E.. Sociedade do conhecimento: passes e impasses. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.152, p.11-20, jan./ mar.2003.

EKBIA, H., & EVANS, T. Regimes of information: Land use, management, and policy. **The Information Society**, v.25, n.5, p.328–343, 2009.

FIDALGO, A. O modo de informação de Mark Poster. In: CORREIA, J.C. (Org.), **Comunicação e Poder**. Lisboa: Universidade da Beira Interior, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-poster-modo-informacao.html>>

FROHMANN, B.. Taking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In H. A. Olson, & D. B. Ward (Eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**, 7–10 June 1995,

Edmonton, Alberta. Disponível em:

<http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf>